



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS: um estudo de caso na E.E.E.F.M. Jornalista José Leal Ramos no Cariri Paraibano

Alisson Clauber Mendes de Alencar

Mestrando do PPGG – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, bolsista Capes,

Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica – GEPEG.

alissonclauber@gmail.com

Wandson do Nascimento Silva

Mestrando do PPGG – Universidade Federal da Paraíba – UFPB,

wandsongba@hotmail.com

Introdução

A expressão política pública é comumente usada, na contemporaneidade, para apresentar uma situação ou fenômeno específico da política. Para a compreensão deste termo, faz-se necessário o entendimento dos conceitos de Estado e, por conseguinte, de política.

As políticas públicas educacionais são consideradas um dos tentáculos das políticas públicas, e as políticas públicas para inclusão digital nas escolas é uma ramificação das políticas públicas educacionais, assim percebe-se uma hierarquia e conseqüentemente uma rede de conexões existentes entre tais esferas políticas e seus respectivos projetos/programas.

Este estudo possui como um de seus elementos norteadores, analisar o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) e seus impactos na práxis do professor no processo de ensino-aprendizagem. Tal programa foi criado pelo Ministério da Educação, Portaria nº 522 em 09/04/1997, com a finalidade de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público de níveis fundamental e médio.

O referido programa apresenta três diretrizes principais: 1) Oferecer formação aos professores para com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), e para isso, ocorrer existem capacitações nos cursos do Proinfo Integrado, que compreende o Proinfo I (Introdução a Educação Digital); Proinfo II (Ensinando e Aprendendo com as TIC's) e Proinfo III (Elaboração de Projetos); 2) Oferecer oficinas temáticas que tenham como objetivo difundir o uso das TIC's nas escolas; 3) Oferecer suporte técnico aos laboratórios de informática das escolas ligadas ao Programa.

A partir do lançamento do Livro Verde do Programa Sociedade da Informação no Brasil, em 2000, o país incorpora em sua agenda política a universalização do acesso às tecnologias da informação e comunicação – TIC's – e a promoção da “alfabetização digital”



da população (BRASIL, 2000), com o objetivo de assegurar que a economia brasileira tivesse condições de competir no mercado mundial.

Mediante a criação do Decreto nº 6.300, dia 12 de dezembro de 2007, o ProInfo recebeu uma nova nomenclatura, passou a ser chamado de “Programa Nacional de Tecnologia Educacional” (BRASIL, 2007), tendo como principal objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

Sabemos que promover uma iniciação da população, no uso das TIC's, a chamada alfabetização digital, não deixa de ser uma ação social válida. No entanto, o que será discutido neste estudo é o quanto tais abordagens contribuem para que os sujeitos se articulem ativamente nas dinâmicas sociais contemporâneas, através da inserção das políticas públicas que implementam os recursos tecnológicos no ambiente educacional.

A partir destes apontamentos iniciais, a presente proposta trabalho tem por objetivo principal, abordar a inserção do Proinfo (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) nas instituições públicas de ensino e analisar como o Estado atua para promover a capacitação dos profissionais da educação que estão envolvidos direta e indiretamente com este programa.

Para a análise deste programa educacional, foi estabelecido como recorte espacial e institucional da pesquisa a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista José Leal Ramos, localizada no bairro Alto do Cruzeiro, município de São João do Cariri - PB. Estabelecemos como sujeitos da pesquisa os professores do ensino médio desta escola.

A escolha pela referida instituição de ensino deu-se pelo fato da mesma ter sido beneficiada, no ano de 2014, com o programa Proinfo. Os professores desta escola foram capacitados por um “Educador Digital” /Tutor/Coordenador (profissional responsável para ministrar a formação). Com o propósito de acrescentarem em suas práticas cotidianas, em sala de aula, novas possibilidades metodológicas para com o uso das tecnologias digitais.

Metodologia

Para sua materialização e estruturação, este estudo teve como procedimentos metodológicos um levantamento bibliográfico, documental e histórico que abordasse de forma pontual a inserção das políticas públicas educacionais destinadas à implementação de recursos tecnológicos e, por conseguinte a inclusão digital nas escolas, num primeiro momento.

Na segunda etapa da pesquisa foi realizado um estudo *in loco*, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista José Leal Ramos, localizada no município de São João do Cariri – PB. Na presente ocasião foram aplicados questionários aos professores da



referida instituição, tendo por intuito coletar informações destes sujeitos sobre sua práxis educativa e conseqüentemente, sobre o uso que estes fazem dos recursos tecnológicos presentes na escola.

Noutro momento, em conversas informais, foram realizadas breves entrevistas com os professores para obter informações sobre suas inquietações no que concernem as formações continuadas para o uso das tic's, mas também para saber seus anseios e expectativas no que concernem a possíveis melhorias no ensino-aprendizagem no âmbito escolar.

O referido questionário foi composto de doze perguntas, contendo questões de múltipla escolha e todas com a possibilidade dos professores discorrerem de forma dissertativa sobre cada indagação.

Resultados e discussão

Entre as inúmeras políticas públicas educacionais de intervenção, implantadas no Brasil nas últimas três décadas, nos mais variados níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, etc), destacaremos neste estudo a Política Nacional de Inclusão Digital nas escolas da educação básica, dando destaque para o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo).

O ProInfo é uma política pública de iniciativa do Ministério da Educação e Cultura por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED). Entre seus objetivos podemos destacar: 1) Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem; 2) Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares, mediante incorporação adequada das novas tecnologias de informação pelas escolas; 3) Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico; 4) Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida; 5) Valorizar o professor.

Um dos aspectos inovadores deste projeto é a proposta de empregar parte significativa dos recursos alocados na formação de professores e técnicos, a fim de que o uso das novas tecnologias da informação e comunicação sirva de apoio para projetos educacionais dentro das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Para agregar a política do Governo Federal quanto à implantação desse projeto, os estados da federação, por meio das secretarias estaduais ou municipais de educação, criaram os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), para auxiliar tanto no processo de planejamento e implantação dos equipamentos tecnológicos, em especial, dos laboratórios de informática nas escolas, quanto na capacitação de professores e técnicos para incorporarem as novas tecnologias como recurso pedagógico.



Percebe-se, na contemporaneidade, que os temas de caráter educacional e cultural, são pontos que merecem destaque quando se discutem as questões inerentes a inclusão digital no Brasil. Porém, ressalta-se que estas são abordadas de forma superficial.

Especialistas no ramo das tecnologias aplicadas a educação destacam que a articulação entre os projetos de inclusão digital e a educação resume-se à realização de atividades escolares nos centros de acesso público. Bonilla (2010) ressalta que

Não está proposta, prevista, ou estimulada pelas políticas públicas uma articulação mais efetiva entre escola e demais espaços públicos de acesso. Para os gestores públicos, educação está em um plano de abordagem, e inclusão digital em outro, totalmente diferente, inclusive com responsabilização de secretarias e ministérios específicos, sem articulação entre eles (BONILLA, 2010, p. 43).

Os sujeitos responsáveis pela elaboração das políticas públicas, independentemente da área que atuam, necessitam, para uma melhor eficácia destas, reduzir as lacunas inerentes entre os grupos de indivíduos que realizam as políticas públicas educacionais e os sujeitos para quem estas são direcionadas. Noutras palavras, é indispensável que se estreitem as relações entre os que “promovem” e os que “recebem” as ações advindas das políticas públicas, em especial para nosso estudo as políticas públicas educacionais e, como uma de suas ramificações as políticas públicas educacionais para inclusão digital nas escolas.

Quando se discutem as políticas de inclusão digital, merece destacar que muitas das instituições de ensino da rede pública, ainda enfrentam grandes dificuldades de ordem estrutural, pedagógica e tecnológica. Uma quantidade reduzida dos discentes possui acesso às tecnologias em suas unidades de ensino. Outro ponto que merece notoriedade é o fato de que poucos são os professores que possuem formação continuada direcionada para o uso das tic's no ambiente escolar.

Constatou-se, entre os docentes do ensino médio, através da aplicação de questionário, que é necessário um investimento mais significativo em formação continuada, por parte do governo, direcionado para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (tic's).

Outro ponto discutido no questionário atentava sobre a infraestrutura e os recursos tecnológicos (computadores) presentes na escola, neste tópico, de um universo de onze professores, apenas dois, alegaram que a infraestrutura e os recursos tecnológicos presentes na escola atendem as suas necessidades, enquanto os outros nove profissionais informaram que o número de computadores é reduzido, têm-se constantes problemas com o sinal da *internet* e a falta de monitores capacitados para auxiliar os professores.



Na contemporaneidade, o computador é uma das ferramentas mais interativas da escola, este possui uma capacidade indiscutível de obter a atenção do discente, porém, devem ser usados de forma consciente e planejada. Este recurso é muito mais do que uma instrumento de ensinar, deve ser usado para atuar como facilitador no ensino dos conteúdos curriculares tradicionais, dos conceitos. Kenski (2006, p.26) discorre que “Elas interferem em nosso modo de pensar, sentir, agir, de nos relacionarmos socialmente e adquirirmos conhecimentos.” Logo, influencia, de forma generalizada, a sociedade.

Sobre o uso das tic's, todos os professores pesquisados concordam que estas facilitam, instigam e eleva o interesse dos discentes nas aulas, independentemente do conteúdo abordado. Quando indagados sobre a possibilidade da escola acompanhar o ritmo dos avanços tecnológicos, quatro professores informaram que as instituições de ensino não possuem condições estruturais para tal feito, enquanto outros sete profissionais afirmaram que esta é uma possibilidade real, desde que os governantes invistam mais em equipamentos, infraestrutura e formação continuada.

Sobre o tema formação continuada direcionada para o uso das tic's, mesmo com a escola sendo contemplada com a formação do Proinfo, três professores informaram que não possuem nenhuma formação direcionada para a aplicação das tic's em sala de aula, enquanto os demais realizaram a formação do Proinfo ofertada na escola pesquisada, além de outras formações direcionadas para o uso dos recursos tecnológicos digitais no espaço educacional.

As ações propostas pelo Estado, no sentido de qualificar o docente a trabalhar com as tecnologias digitais nas instituições de ensino, são, em grande parte, desarticuladas da formação inicial dos professores (cursos de licenciatura). O processo de capacitação é relegado à formação continuada. Sabe-se da iniciativa de programas e projetos direcionados para a inclusão digital nas escolas em parceria com a formação de professores, porém, nas palavras de Cysneiros (2000)

(...) o ideal é que o professor aprenda a lidar com as TI [Tecnologias da Informação] durante sua formação regular, em disciplinas mais ou menos com os nomes de “Tecnologia Educacional” ou “Tecnologias da Informação na Educação” e de modo mais detalhado nas didáticas de conteúdos específicos. (CYSNEIROS, 2000, p. 12).

Com uma formação inicial que não contempla, de forma significativa, o uso das tic's e suas possibilidades metodológicas, os professores em muitas escolas públicas do país não fazem uso dos recursos tecnológicos digitais direcionados para educação, assim, tais equipamentos não causam o impacto desejado, para o melhoramento do ensino- aprendizagem



dos estudantes. A partir destas inquietações, pode-se perceber que a dita “cultura digital”, ainda, não é considerada como parte integrante dos procedimentos pedagógicos e das aprendizagens dos discentes.

Conclusão

Para analisar as concepções que os docentes do ensino médio da E.E.E.F.M. Jornalista José Leal Ramos, possuem em relação às políticas públicas para inclusão digital e a importância destas para as práticas docente no ambiente escolar, foi aplicado um questionário contendo doze perguntas que versavam desde a importância dos recursos tecnológicos nas instituições de ensino até a capacitação dos docentes para o uso desta.

No atual contexto educacional, faz-se necessário rever determinadas políticas públicas educacionais que são direcionadas para as instituições de ensino, e conseqüentemente as implicações destas para a formação dos docentes e discentes. Logo, é mister uma reconfiguração nas concepções que norteiam as diretrizes postas para escola, no que concernem a introdução dos recursos tecnológicos no ambiente escolar.

Tivemos por intuito com este estudo discutir qual a importância das políticas públicas direcionadas para inclusão digital e suas implicações na práxis do professor na educação básica, através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), tendo como público alvo os professores do ensino médio da E.E.E.F.M. Jornalista José Leal Ramos.

Acreditamos na possibilidade das políticas públicas, que atentam sobre a inserção dos recursos tecnológicos, potencializarem práticas pedagógicas que transcendam as formas tradicionalistas de ministrar a aula. Porém, para que tal ação ocorra, é necessário juntamente com as entradas dos recursos tecnológicos nas escolas venham acompanhadas com pacotes de formação continuada direcionadas para os professores, pois são estes os sujeitos que estão na linha de frente do processo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Políticas Públicas para Inclusão Digital nas Escolas**. Motrivivência, Ano XXII, Nº 34, P. 40-60 Jun./2010.

BRASIL. **Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. **Decreto nº 6.300, de 12 de Dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Decreto on-line. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2015.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CYSNEIROS, P. G.. **Novas tecnologias no cotidiano da escola.** *Anais da XXIII Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, MG: ANPED, (2000).

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 4. ed. São Paulo: Papirus. 2006.